



## CARACTERIZAÇÃO DAS BACHARÉIS EM SERVIÇO SOCIAL DA UFPR E A CORRELAÇÃO EDUCAÇÃO SUPERIOR E INSERÇÃO PROFISSIONAL

OLIVEIRA, Adriana Lucinda de Oliveira<sup>1</sup>  
JOU COSKI, Emerson<sup>2</sup>

**RESUMO:** O trabalho apresenta dados parciais de uma pesquisa em andamento com egressos/as do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná Setor Litoral, que tem como objetivos analisar o processo de inserção profissional dos/as egressos/as da UFPR Setor Litoral; identificar a configuração dos espaços organizacionais/institucionais em que atuam os jovens egressos e mapear o acesso a formação continuada. Os resultados demonstram que o percurso de inserção profissional desses egressos tem sido marcado por transitoriedade no trabalho, pelo prolongamento dos estudos e pela dificuldade na estabilização no mercado de trabalho em um contexto de regressão dos direitos trabalhistas e sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** egressos; inserção profissional; ensino superior.

### 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda resultados parciais do projeto de pesquisa em desenvolvimento, que tem como sujeitos as egressas<sup>3</sup> do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná Setor Litoral e como objeto de análise o processo de inserção profissional dos mesmos. A investigação tem como objetivos: Analisar o processo de inserção profissional das egressas da UFPR Setor Litoral; Identificar a configuração dos espaços organizacionais/institucionais em que atuam as jovens egressas; mapear o acesso a formação continuada. A pesquisa está em desenvolvimento, através da aplicação de questionário *on-line*, utilizando o *software* livre *Lime Survey*. O universo compreende 99 sujeitos diplomados entre os anos 2010 e 2015, dos quais, 44,4% são respondentes até o momento (44 egressos/as).

---

1 Doutora em Políticas Públicas pela UFPR; Professora da UFPR Setor Litoral; adrilucinda@gmail.com.

2 Doutor em Ensino de Ciências pela USP; Professor da UFPR Setor Litoral; joucoski@gmail.com.

3 Será usado o gênero feminino em todo o texto, pois a maioria dos sujeitos é desse gênero.



Apresenta-se uma rápida caracterização do curso de Serviço Social, o perfil das diplomadas e na sequência dados referente aos percursos de formação e inserção profissional.

## **2 O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFPR SETOR LITORAL**

O bacharelado em Serviço Social, criado em 2006, é ofertado na modalidade presencial e possui carga horária total de 3000 horas, sendo que 450 são destinadas ao estágio curricular obrigatório. O curso da UFPR segue as diretrizes curriculares propostas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), as Diretrizes Curriculares aprovadas pelo conselho nacional de Educação (Resolução nº 15/CNE-CES/2002) e está em consonância com a Lei nº 8662/93, que regulamenta a profissão.

A instalação do curso na UFPR Setor Litoral em 2006 no litoral paranaense teve como justificativa o objetivo institucional da UFPR de contribuir com o desenvolvimento da região. Assim, o curso de Serviço Social foi pensado de modo a atender científica e tecnicamente ao contexto de desigualdade social próprio da região, considerando que esse profissional tem uma formação eminentemente interventiva na realidade social.

## **3 PERFIL DAS EGRESSAS E OS PERCURSOS DE FORMAÇÃO E INSERÇÃO PROFISSIONAL**

A pesquisa em andamento identifica as egressas quanto ao gênero, pertença étnico-racial, idade, número de filhos e estado civil. Há uma predominância do gênero feminino com 95,5%, quanto a pertença étnico-racial, há uma maioria de brancos (61,4%), seguida de pardos (31,8%), pretos (4,5%) e amarelos (2,3%). A faixa etária média das inquiridas no momento é de  $34,5 \pm 7,7$  anos. Quanto ao estado civil 36,4% das inquiridas estão casadas, 31,8% solteiras, 22,7% declaram terem uma união estável e 6,8% são divorciadas. Dessas 40,9% não possuem filhos ou filhas, 36,4% possuem apenas uma filha ou filho, 20,5% dois filhos e 2,3% três filhos.



Esses dados apontam para a feminização<sup>4</sup> do ensino superior, bem como para a permanência de profissões marcadas pelo gênero, como é caso do Serviço Social. Graf e Diogo (2009) afirmam que o mercado de trabalho não é uma entidade sexualmente neutra. As relações de gênero estão na base da organização da esfera produtiva, sendo que a segmentação ocupacional é socialmente construída:

A segmentação ocupacional ainda concentra as mulheres em alguns setores econômicos, de forma que trabalhos caracterizados como produtivos (produção de bens e serviços) são predominantemente voltados aos homens e, aqueles, caracterizados como reprodutivos (assemelhados ao fórum doméstico, como serviços educacionais e de saúde) são destinados às mulheres. Essas diferenciações são aceitas como naturais e desvalorizam o trabalho feminino sem qualquer reflexão histórica e de contexto. (2009, p. 74)

Os estudos que utilizam as variáveis raça, etnia, classe e gênero evidenciam que esse fatores interferem uma variada gama de fenômenos sociais, tais como acesso a escolaridade, emprego, renda, status social, entre outras. Por outro lado, há que se rejeitar conclusões mecanicistas sobre a herança social e cultural dos sujeitos e ao mesmo tempo considerar que essas mesmas variáveis interferem nas escolhas e opções dos sujeitos, influenciando suas trajetórias escolares e profissionais.

Questionamos as egressas sobre o local de moradia antes de ingressarem na UFPR Setor Litoral e no momento da pesquisa. Objetivamos com isso identificar em que medida o Setor Litoral conseguiu absorver a população da região, bem como quantas das egressos se mantiveram residindo na região com inserção profissional. Constatamos que 79% (39 dos respondentes) residiam no litoral e permanecem na região.

Outro elemento que colabora nessa reflexão é a baixa escolaridade dos pais e mães dos/as egressos/as pesquisados/as, conforme Quadro 1, considerando que 56,8% dos respondentes são os primeiros da família a acessarem uma formação em nível superior.

---

4 Segundo Mont'Alvão Neto (2014) as mulheres apresentam probabilidade muito maior que homens de fazer a transição para a educação superior no Brasil. Afirma também que esta vantagem já existia nos anos de 1980 e vem aumentando progressivamente. Assim, o Brasil segue a tendência mundial de vantagem feminina de acesso a este nível de ensino.



Quadro 1: Escolaridade dos pais e mães das bacharéis em Serviço Social.

Alternativas	Escolaridade do pai		Escolaridade da mãe	
	Respostas	% Respostas	Respostas	% Respostas
Ensino Fundamental completo	6	13,6	5	11,4
Ensino Fundamental incompleto	15	34,1	15	34,1
Ensino Médio completo	8	18,2	10	22,7
Ensino Médio incompleto	4	9,1	2	4,5
Não sei informar	4	9,1	0	0
Pós-graduado	1	2,3	4	9,1
Sem escolaridade	2	4,5	2	4,5
Superior completo	2	4,5	3	6,8
Superior incompleto	2	4,5	3	6,8
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>100</b>	<b>44</b>	<b>100</b>

Corseuil, Santos e Foguel (2001) fundamentam essa análise ao demonstrarem através de um modelo paramétrico do tipo *logit* multinomial, um estudo com foco nos fatores determinantes das escolhas dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil, em comparação aos jovens de outros países da América Latina. Os principais resultados foram: o grau de instrução dos pais dos jovens exerce forte influência sobre a alocação do tempo desses entre trabalho e estudo para todos os países analisados. Assim, quanto maior o nível de educação de seus pais, maior será a probabilidade<sup>5</sup> de dedicação aos estudos, independente do sexo do jovem. Outro estudo que analisa a relação entre escolaridade de pais e estudantes é o de Neto (2014), que utiliza a discussão de classe social como uma variável que permanece interferindo fortemente no acesso ao ensino superior, apesar da diminuição das desigualdades no acesso a escolaridade no Brasil dos últimos anos.

Embora os pais com menor nível educacional tenham passado a incentivar mais os filhos a chegar ao nível superior, a estabilidade do efeito da classe indica a persistência das diferenças na capacidade das famílias bancarem na prática a

5 No que concerne à educação dos pais, coeficientes indicam que estudantes cujos pais completaram apenas o ensino fundamental têm duas vezes mais chances de chegar ao ensino superior do que aqueles cujos pais não têm nenhum nível formal de escolaridade. Já aqueles cujos pais cursaram ensino médio têm quatro vezes mais chances, e aqueles cujos pais tiveram acesso ao ensino superior têm 16 vezes mais chances de chegar a esse nível de ensino. É possível interpretar esta enorme diferença a partir da ideia de que o nível educacional dos pais funciona como um piso mínimo de realização educacional para os filhos. (NETO, 2014, p. 430)



educação dos filhos, independentemente do nível educacional dos pais. (NETO, 2014, p. 432)

O acesso ao ensino superior simboliza uma quebra de ciclo familiar, apontando para possibilidades não acessadas pelos genitores. Nesse sentido, a entrada na Universidade vislumbra uma probabilidade de mobilidade social trazida pela escolaridade.

Essa afirmação ganha sustentação ao verificarmos as respostas das egressas quanto as principais razões que os levaram a ingressar no ensino superior. Em uma questão de múltipla escolha, as respostas relacionadas com as saídas profissionais ganharam evidência, seguidas dos fatores relacionados ao desenvolvimento intelectual e identificação pessoal com área social.

A participação em diferentes projetos aparecem como diferenciais no percurso de 52,3% das egressas pesquisadas, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades comportamentais e instrumentais para o mundo do trabalho.

Tomlinson (2008), contribui com essa análise, ao analisar a empregabilidade de estudantes egressos do ensino superior, afirmando que o grau acadêmico não é suficiente para garantir uma vaga no mercado de trabalho. Refere-se a importância de credenciais que agem como diferenciais na competitividade pela empregabilidade. O acesso a diferenciadas propostas de aprendizagem em paralelo as atividades curriculares, por exemplo: a extensão, a pesquisa, a monitoria, a iniciação à docência, possibilitam um aproximação com a dimensão teórico-prática das diferentes disciplinas.

Apesar de terem obtido o primeiro emprego na área de formação, o percurso de inserção profissional desses egressos tem sido marcado por transitoriedade no trabalho e dificuldade na estabilização no mercado de trabalho. Observamos que 13 (29,5%) egressas conseguiram uma colocação rápida no mercado de trabalho (desde nenhum tempo de espera até seis meses). Em contrapartida 13 (29,5%) tiveram mais dificuldade, compreendendo o tempo de espera de seis meses a mais de um ano e 18 (40,9%) até hoje não conseguiram atuar na área de formação. Ao serem questionadas sobre a situação profissional atual responderam conforme Quadro 2.



Quadro 2: Situação Profissional no momento atual (jan.-março/2017).

<b>Resposta</b>	<b>Respondentes</b>	<b>% Respondentes</b>
Estou trabalhando na área de formação	20	45,5%
Estou desempregado	7	15,9%
Estou trabalhando em outra área	15	34,1%
Estou estudando com bolsa de estudos	1	2,3%
Não respondeu	1	2,3%
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>100%</b>

Questionamos ainda sobre o tipo de contrato de trabalho que estão submetidas, sendo que 25% possuem contrato por tempo determinado, 10% são celetistas e 65% estatutárias. Desses contratos 75,61% são com organizações de direito público e 24,39% com organizações de direito privado. Considerando a forte vinculação da atuação dos/as assistentes sociais nas políticas públicas, a busca por concursos públicos também marca a trajetória de trabalho desses sujeitos. Em pesquisa anterior junto aos assistentes sociais que trabalham no litoral do Paraná, constatamos que os/as mesmos/as estão concentradas nas prefeituras nas políticas de saúde e assistência social, com atuação nas áreas de elaboração, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas (OLIVEIRA et al., 2013).

D`Avila (2014) identificou que os jovens profissionais aplicam seus esforços no sentido de conquistar uma vaga de trabalho na esfera pública ou em grandes empresas, capazes de lhes oferecer estabilidade, ou seja, uma “saída” para escapar da instabilidade observada no mercado de trabalho e também na experiência das gerações anteriores. Reitera ainda que os jovens profissionais experienciam as contradições engendradas no processo histórico de construção cultural da coletividade e dos processos de trabalho, sendo que seus vínculos laborais estão marcados pela precariedade e provisoriedade, numa sociedade delineada pela rapidez e efemeridade.



Quadro 3: Renda em salários mínimos (R\$880,00) no momento da pesquisa (jan.-março/2017).

<b>Resposta</b>	<b>Respondentes</b>	<b>% Respondentes</b>
Abaixo de um salário mínimo de R\$ 880,00	1	2,6
De R\$ 881,00 a R\$ 2.640,00	15	39,5
De R\$ 2.641,00 a R\$ 4.400,00	15	39,5
De R\$ 4.401,00 a R\$ 6.160,00	5	13,2
De R\$ 6.161,00 a R\$ 7.920,00	1	2,6
Acima de 7.921,00	1	2,6
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>100</b>

As respondentes nos informaram também sobre a renda, conforme Quadro 3. Dos 38 respondentes com renda no momento da pesquisa, há uma concentração na faixa salarial de até três salários mínimos (42,1%), seguida pela média de três a cinco salários mínimos (39,5%). Essa média se reproduz ao selecionarmos apenas as que estão atuando na área de formação, sendo que 30% percebem até três salários mínimos e 20% de três a cinco salários mínimos. A profissão não possui um piso salarial, apesar de existirem projetos de lei tramitando (PL 4022/08 e PL 5278/2009) na câmara de deputados que reivindicam piso salarial para a categoria. De acordo com o Salariômetro da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, o salário médio inicial para a ocupação de Assistente Social, calculado com base nas contratações observadas entre outubro de 2016 e março de 2017, foi de R\$2.324,00.

Neumann (2014) a partir de entrevista com o coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper (Instituto de Ensino e Pesquisa) Naércio Aquino Menezes Filho, considera que à medida que as pessoas avançam na escolaridade, há um aumento na renda. Por outro lado, o retorno salarial depende do curso superior feito, haja vista a democratização do ensino superior, infelizmente acompanhada pela deterioração da qualidade dos cursos.

Diante desse cenário o prolongamento dos percursos formativos sinaliza ser um mecanismo de enfrentamento, adotado pelos jovens, frente à incerteza quanto ao valor do



diploma, promovendo a permanência do sujeito na universidade e caracterizando-se como uma estratégia para melhor colocação no mercado. Essa é a realidade de 30 (68%) respondentes, sendo que 23 (76,7) acessaram pós-graduação em nível de especialização, 3 (10%) mestrado, 1 (3,3) doutorado e 3 (10%)

A Professora Natália Alves (2004) da Universidade de Lisboa diferencia inserção profissional de transição para o trabalho. Segundo a autora a transição compreende o período que decorre entre a conclusão da formação e a obtenção do primeiro emprego. A inserção profissional compreende um processo, cada vez mais longo, até à obtenção de uma posição estabilizada no mercado de trabalho. O que está em causa é o tipo de emprego que se obtém. É por isso que o processo de inserção profissional não se confina ao acesso ao primeiro emprego. Nesta perspectiva, a inserção profissional é o termo que designa as dificuldades dos jovens em acessar a uma posição estável no mercado de trabalho, a pertencerem ao núcleo de relação salarial e a assumirem-se como cidadãos de pleno direito numa sociedade onde o emprego é a principal fonte de construção das identidades sociais e profissionais.

Esse processo tem se complexificado ainda mais diante dos retrocessos vivido no Brasil frente aos direitos trabalhistas, com a lei de terceirização, reforma trabalhista e previdenciária em curso. Esse processo tem demandado de toda a classe trabalhadora estratégias de resistência e luta pela manutenção dos direitos historicamente conquistados.

As assistentes sociais são parte desses trabalhadores e trabalhadoras. Especificamente os sujeitos de nossa pesquisa expressam que o processo de inserção profissional na atual conjuntura está circunscrito por vínculos frágeis, pela ameaça de perda da estabilidade conquistada através dos concursos públicos, pela precarização das condições de trabalho, pelos baixos salários, pelo prolongamento dos estudos como estratégia para manter-se ativo e atualizado.



#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho empírico que está na base deste artigo tem como referência a pesquisa em desenvolvimento junto aos/as egressos/as do Setor Litoral da UFPR. No presente texto focamos os/as bacharéis em Serviço Social diplomados/as entre os anos 2010 e 2015. Os resultados parciais do nosso estudo apontam para a compreensão da categoria inserção profissional como um processo multifacetário que envolve a obtenção de um emprego e de uma situação profissional e contratual, constituída e influenciada por uma série de outros elementos, como as características sociais, políticas e econômicas da região, as demandas do mercado de trabalho, as iniciativas de articulação das políticas de educação, juventude e trabalho, o acesso às instituições de Ensino Superior com as finalidades e modos de funcionamento que as distinguem, a trajetória educacional dos jovens, as experiências laborais, as habilidades desenvolvidas, a acessibilidade de familiares à escolaridade e à renda e as oportunidades de formação complementar acessadas pelo estudante universitário, como estágios, projetos de pesquisa, de monitoria, de iniciação à docência, entre outras.

As assistentes sociais, assim como os demais trabalhadores e trabalhadoras, têm sentido no cotidiano o processo de precarização das condições de trabalho e flexibilização dos direitos trabalhistas e sociais.

A análise está imbricada nas políticas de educação e trabalho e tem como sujeitos uma categoria profissional que tem sido demandada para o trabalho com as expressões da questão social, sendo que ao mesmo tempo que atua na defesa de direitos sociais para os usuários de seus serviços, sofre na pele a regressão dos direitos, manifestado aqui em um complexo e prolongado processo de inserção profissional, delineado por contratos frágeis, salários baixos, prolongamento dos estudos como estratégia na trajetória profissional, transitoriedade no trabalho e dificuldade na estabilização no mercado de trabalho.

Reforça-se a premência da luta social, da organização coletiva de uma contraposição frente a sequência de retrocessos e ameaças aos direitos historicamente conquistados.



## 5 REFERÊNCIAS

ALVES, M. G. A inserção profissional de diplomados de ensino superior: uma abordagem sociológica. In: Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia, Universidade do Minho. **Anais... In: Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção.** Universidade do Minho: Associação Portuguesa de Sociologia, 2004. Disponível em: <[http://www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR4628c18994ee0\\_1.pdf](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628c18994ee0_1.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2017.

CORSEUIL, C. H.; SANTOS, D. D.; FOGUEL, M. N. **Decisões Críticas em Idades Críticas: A Escolha dos Jovens entre Estudo e Trabalho no Brasil e em outros Países da América Latina.** Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4029](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4029)>. Acesso em: 27 jun. 2017.

D'AVILA, G. T. **Movimentos laborais e sentidos atribuídos ao trabalho por jovens profissionais.** 2014. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/128864>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

GRAF, L. P.; DIOGO, M. F. Projeções juvenis: Visões ocupacionais e marcas de gênero. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 10, n. 1, p. 71–82, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/resumen.oa?id=203014934009>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

NETO, A. L. M. Tendências das desigualdades de acesso ao ensino superior no Brasil: 1982-2010. **Educação e Sociedade**, v. 35, n. 127, p. 417–441, jun. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0101-73302014000200005&lng=en&nrm=iso&tIng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-73302014000200005&lng=en&nrm=iso&tIng=pt)>. Acesso em: 27 jun. 2017.

NEUMANN, D. **Aumento da escolaridade puxa alta da renda.** Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3749796/aumento-da-escolaridade-puxa-alta-da-renda>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

OLIVEIRA, A. L.; SCHUARTZ, A. S.; ARCHANJO, D. R.; BERTELLI, E.; TUMELERO, S. M. Projeto Fórum de Assistentes Sociais do Litoral do Paraná: problematizações da formação continuada via extensão. In: SULZBACH, M. T.; DENARDIN, V. F. (Ed.). **A Inclusão, a inserção, a interação e a investigação ...: os (in)s da extensão no Litoral do Paraná.** Matinhos - PR: UFPR Litoral, 2013. p. 106–126.

TOMLINSON, M. “The Degree Is Not Enough”: Students’ Perceptions of the Role of Higher Education Credentials for Graduate Work and Employability. **British Journal of Sociology of Education**, v. 29, n. 1, p. 49–61, jan. 2008. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01425690701737457>>. Acesso em: 21 abr. 2017.